



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

F P A Conjuntura

07

junho de 2013

Reginaldo Moraes
João Paulo Rodrigues
Guilherme Mello
Giorgio Romano
Valter Pomar

Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-Presidenta

Iole Ilíada

Diretoras

Ariane Leitão, Fátima Cleide

Diretores

Artur Henrique, Joaquim Soriano

Conselho Curador

Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio, Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes,

Sumário

Apresentação	03
A indústria da educação – tendências e riscos, Reginaldo Moraes	05
Os alertas que vêm do campo, João Paulo Rodrigues	10
Crescimento econômico, investimento e inserção externa: as bases do novo modelo de desenvolvimento, Guilherme Santos Mello	15
O drama mexicano: há vida depois do petróleo?, Giorgio Romano	21
Tema agrário é o primeiro da pauta de negociações governo/Farc, Valter Pomar	26

Apresentação

A sétima edição do *FPA Conjuntura* tem artigos de Reginaldo Moraes, João Paulo Rodrigues, Guilherme Mello, Giorgio Romano e Valter Pomar.

Reginaldo Moraes, com seu texto “*A indústria da educação – tendências e riscos*”, comenta o que o chamado jornalismo econômico tem produzido sobre o movimento de fusões e aquisições em um setor que o autor denomina como “indústria da educação”. “Nas últimas semanas, em especial, a estrela foi a bilionária marca resultante da fusão Kroton-Anhanguera. Por fora, corre a Estácio de Sá, que quase esteve dentro dessa fusão”.

João Paulo Rodrigues, em “*Os alertas que vêm do campo*”, apresenta com preocupação a existência de “inúmeras análises que alertam sobre a fragilidade de um modelo de desenvolvimento econômico que tem sua ênfase na exportação de produtos primários”. E ainda ressalta a “crescente e aviltante concentração fundiária e da renda agrícola promovida por esse modelo agrícola, internacionalizado, hegemônico pelo capitalismo financeiro”.

“*Crescimento econômico, investimento e inserção externa: as bases do novo modelo de desenvolvimento*” é o título do artigo de Guilherme Santos Mello, em que apresenta os caminhos possíveis para o crescimento: “o desafio, portanto, será viabilizar o crescimento dos investimentos em um cenário de demanda interna mais fraca, economia mundial altamente competitiva e em regime de baixo crescimento. Para fazer frente a este difícil cenário, o governo vem adotando o que se convencionou chamar de “agenda da competitividade”, que inclui uma série de medidas macro e microeconômicas”.

Giorgio Romano, com o artigo “*O drama mexicano: há vida depois do petróleo?*”, mostra um pouco a realidade do México com relação aos investimentos (ou ausência deles) no setor petrolífero. Para o autor, “as atuais notícias negativas sobre a conjuntura econômica no México, refletem ainda somente em parte o problema relacionado à conta do petróleo. Acontece que as duas outras entradas de divisas andam mal das pernas por motivos conjunturais: houve uma queda das remessas por causa da queda da massa salarial dos mexicanos nos Estados Unidos; e a diminuição do turismo por causa da guerra demasiadamente militarizada com o narcotráfico”.

Valter Pomar relata o andamento das negociações entre governo da Colômbia e Farcs, informando que o “tema agrário é o primeiro da pauta de negociações

governo/guerrilha. O próximo ponto, que será tratado oficialmente a partir do dia 11 de junho, diz respeito à participação política das forças guerrilheiras. Os demais pontos abordarão o tema das drogas, das vítimas e reparação, o fim do conflito e a verificação do processo”.

Boa leitura.

A indústria da educação – tendências e riscos

Reginaldo Moraes

Esta nota recolhe algumas notícias de imprensa e comenta as tendências que elas indicam. Apenas isso. Em nota futura, voltaremos ao tema contrastando estas informações com o quadro mais 'estrutural' fornecido pelo censo do ensino superior do MEC/Inep.

Nos últimos meses, o assim chamado jornalismo econômico tem produzido numerosas reportagens dando conta de um movimento de fusões e aquisições naquilo que já se pode denominar "indústria da educação".

Nas últimas semanas, em especial, a estrela foi a bilionária marca resultante da fusão Kroton-Anhanguera. Por fora, corre a Estácio de Sá, que quase esteve dentro dessa fusão.

A Kroton já era o resultado de associações anteriores, envolvendo aumento de acionistas da antiga Rede Pitágoras, fundada por Walfrido Mares Guia. A Pitágoras já se internacionalizara antes, abrindo colégios em outros países (China, Angola, Peru, etc.), em parcerias com empreiteiras brasileiras – Mendes Junior, Odebrecht, Andrade Gutierrez. Aparentemente, pegava carona na expansão internacional desses gigantes. Em 2007, originou a Kroton, de capital aberto. Continuou crescendo e, em 2013, registrou a sua maior 'captação' de alunos, 175 mil calouros, segundo reportagem de Beth Koike, *Valor Econômico*, edição 14/05/2013. E viu um crescimento de lucro líquido de mais de 100%!

O sistema Kroton foi engolindo escolas que eram 'marcas' fortes em várias regiões, como a Unic no Mato Grosso, a Unopar no Paraná, e a Uniasselvi em Santa Catarina.

Outro dado importante é apontado pela empresa como fator de seu sucesso: "eficiência comercial para divulgar o Fies".

O outro gigante (agora parte do novo grupo) é a Anhanguera, que também comprara uma porção de outras escolas (como a Uniban, por exemplo). Matriculou, neste semestre, 166 mil calouros, 13,7% mais do que um ano antes.

A Anhanguera também teve "eficiência comercial para difundir o Fies": até o mês de abril, havia 92,1 mil alunos com o financiamento do governo federal, o que teria diminuído sua inadimplência e suas provisões de risco – o sistema é um verdadeiro seguro.

Um curioso personagem na fusão Kroton-Anhanguera foi Gabriel Rodrigues, antigo proprietário da Anhembí-Morumbi, escola que teve uma polêmica ascensão ao status de universidade e, em seguida, foi vendida a um fundo de investimentos americano com intermediação do escritório de negócios de um ex-ministro (PRS Consultoria).

O website da *IstoÉ Independente* [Edição: 2267, de 26 de abril, mais atualização de 26 de maio] traz reportagem (Gigantes da educação) em que resume os dados da fusão bilionária: cerca de 1,2 bilhões de estudantes universitários (810 escolas). E mais 810 escolas de ensino básico e 940 polos de educação a distância. O valor de mercado estima-se em 12 bilhões de reais. A receita bruta nos últimos 12 meses foi de R\$ 4,3 bilhões.

Fora das bolsas, mas dentro da indústria

Mas há outros grandes grupos empresariais na educação superior. Outros grupos, também, não negociados em bolsa.

Beth Koike reporta, no *Valor Econômico* [edição de 21/05/2013] que o grupo Cruzeiro do Sul, já bem grandinho, está de olho em mais aquisições. A empresa deve fechar o ano com uma receita nada modesta: cerca de R\$ 600 milhões, o que representa um acréscimo de pouco mais de R\$ 100 milhões em relação a 2012. Engloba três universidades (Cruzeiro do Sul, Unicid e Unifran), dois centros universitários (Módulo e UDF) e dois colégios de educação básica (Cruzeiro do Sul e Alto Padrão). No segmento de ensino superior, tem cerca de 73 mil alunos matriculados em campuses localizados em São Paulo, Caraguatatuba e Franca), além de Brasília. Na educação básica, são 3 mil alunos.

Atualmente, o grupo educacional tem como acionistas as famílias Figueiredo e Padovese, fundadores da Universidade Cruzeiro do Sul com mais de 50%; a gestora Actis, com cerca de 35%; e as famílias Naddeo (Unicid) e Ludovice (Unifran).

Em São Paulo, há outros grupos importantes, como Unip, Uninove e FMU, que não têm mostrado grande interesse em participar de fusões, aquisições e abertura de capital.

Com sua base de lançamentos no Rio, um outro gigante esteve próximo da fusão com a Kroton. Na verdade, a fusão, no início, era Kroton + Estácio. Não deu certo, mudaram os parceiros.

Pois bem, a Estácio recebeu, neste semestre, nada menos que 117 mil novos alunos. Reportagem de 10/05/2013, no *Valor Econômico*, registra que a receita líquida da Estácio subiu 25% no ano. E também a Estácio foi eficiente no uso da ferramenta Fies: fechou o trimestre com 48,9 mil alunos que contrataram o sistema federal, um aumento de 113% sobre igual período de 2012. Esse volume equivale a 18,9% do total de alunos de graduação em cursos presenciais. Uma anedota no ramo é que Fies concorre a substituto do sistema nacional de crédito rural: enquanto o SCNR “modernizou” a agricultura, o Fies está modernizando a educação.

Segundo a Estácio, em abril, havia 15 mil alunos calouros estudando com o Fies. Desde o começo deste ano, mesmo alunos com dívidas registradas no Serasa podem solicitar a linha de crédito estudantil do governo federal. A modernização avança – e o risco, também. Risco... de quem?

Independente da identidade do risco, sabe-se a identidade do ganhador: a companhia terminou 2012 com 271,5 mil alunos, 222,6 mil em cursos presenciais 48,9 mil em cursos à distância.

Fora do eixo Rio-S.Paulo (e de Minas), uma notícia menor, mas não menos importante é estampada no website da *Bahia Negócios*

[<http://www.bahianegocios.com.br/wp-content/uploads/2012/02/>]:

“Multinacional norte-americana DeVry Brasil compra a Faculdade Boa Viagem de Recife, com 5.800 alunos.

DeVry Brasil, subsidiária da DeVry Inc., um dos maiores grupos educacionais norte-americanos com 120.000 alunos em 40 países, controladora das faculdades Fanor (Fortaleza-CE), ÁREA1 e Ruy Barbosa (Salvador-BA) onde mantém 14.000 alunos em 33 cursos de graduação e mais de 20 cursos em pós-graduação, colocou em sua rede internacional a instituição de ensino superior pernambucana com cursos de graduação, pós-graduação e mestrado em 3 campi na cidade de Recife. A DeVry Inc. é a organização-mãe da DeVry University, Keller Graduate School of Management, Ross University School of Medicine, Ross University School of Veterinary Medicine, American University of the Caribbean School of Medicine, Carrington Colleges Group, Chamberlain College of Nursing, Advanced Academics, Becker Professional Education e DeVry Brasil.”

A síntese da *IstoÉ* parece relevante: “Dos cinco maiores grupos educacionais brasileiros, que juntos reúnem cerca de 1,4 milhão de alunos, quatro são comandados por empresas do setor financeiro.” [Edição: 2267]

Apenas para sugerir um parâmetro para tais números, o total de estudantes registrados pelo censo do Inep (2010) era de 6,4 milhões. Apenas esses cinco grupos já quase empatam com o setor público (1,6 milhões). Não há praticamente nenhum lugar do mundo em que o ‘setor privado com fins lucrativos’ tenha tais dimensões na educação. Voltaremos ao tema em nota futura.

Não só escolas: uma cadeia?

Por enquanto, registremos que nem mesmo essa síntese alarmante da *IstoÉ* dá conta da extensão do problema. É preciso notar que o ‘empreendedorismo’ vai bem além do ensino superior. Os grupos citados já são exemplo dessa metástase, uma vez que atuam também em ensino básico e médio. Mas uma outra empresa tem aparecido na mídia como estrela de outra estratégia. Trata-se da Abril Educação, divisão ‘educativa’ do grupo Abril.

Reportagem de Luciana Marinelli, no *Valor*, em 15/05, registra queda das receitas da Abril no último ano, mas indica, também, a extensão do grupo. Abril Educação é uma soma de 3 segmentos: Editoras (Ática e Scipione), 46% da receita; sistemas e materiais (apostilas) para escolas, 33%; escolas e cursos preparatórios do grupo (como o Anglo e o pH), 14%. Chama atenção o fator que afeta a queda das receitas: basicamente, Enem, que atinge dois desses segmentos em cheio. Não surpreende que o Enem seja alvo de tanta ojeriza por certo tipo de mídia.

O link Abril-Ática tem meandros interessantes. A Abril se associara ao grupo francês Vivendi Universal Publishing (VUP) já em 1999. Compraram a Ática e Scipione. Em 2004, a Abril comprou a parte do sócio francês. A editora sofria assédio de outros grupos, inclusive o Prisa, dono do *El País* e da Santillana (hoje dona da editora Moderna). Ática e Scipione sempre tiveram grande parte de sua receita, perto da metade, vinda de compras governamentais. O mercado de didáticos e paradidáticos – largamente dependente dos monumentais programas do governo federal – é dominado por quatro grupos: Ática-Scipione, FTD, Saraiva e Moderna. A Moderna tem história recente interessante. Sua participação nas compras governamentais cresceu monumentalmente. Curiosamente, sua compra pela Santillana foi intermediada pela PRS consultoria, sim, a empresa do ministro, que figurava como assessor no site da empresa. O amor é lindo e este é apenas um capítulo deste

romance. Não temos espaço para os demais. Passemos contudo para horizontes mais largos.

A reportagem de Adriana Meyge, *Valor Econômico* de 10/05/2013, amplia o foco para além da Abril: “Ensino básico é novo alvo do setor”

Esse segmento inclui educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Estima-se que tenha movimentado cerca de R\$ 33,9 bilhões em 2012 e que cresça, em 2013, acima dos 15% (bem mais do que o PIB...). As matrículas no ensino básico privado vêm crescendo no Brasil nos últimos anos, enquanto a trajetória é de queda no setor público. Em 2012: 7,2 milhões de alunos matriculados na rede particular de ensino básico.

O setor parece portanto “evoluir” para modelos que oscilam entre o oligopólio verticalizado ou a cadeia produtiva (escola mais segmentos de insumos e resultados, a jusante e a montante). Nesta última forma, como no caso da cadeia agroalimentar, por exemplo, o ‘centro produtivo’ (a fazenda ou granja ou a escola) fica ensanduichado entre um segmento de insumos (materiais escolares, sistemas de gestão, publicações especializadas, por exemplo) e outro de resultados (talvez no futuro tenhamos as agências de colocação de mão de obra integradas na cadeia...). Coroando ou permeando tudo isso, um segmento de finanças (empréstimos, seguros, corretoras de valores). Em vários países, alias, bancos como o Santander já operam agressivamente nesse ramo.

Resta saber que país pode resultar disso tudo – e se estamos dispostos a pagar o preço de tal “modernização”.

Reginaldo Moraes é professor de Ciência Política na Unicamp.

Os alertas que vêm do campo

João Paulo Rodrigues

Nas últimas duas décadas, o capitalismo mundial promoveu uma ofensiva, sem precedentes, sobre a agricultura brasileira, impondo um novo modelo de desenvolvimento econômico para o campo. Hegemonizado pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais oligopolizadas, contando com a conivência dos proprietários rurais capitalizados, esse modelo agrícola, denominado de agronegócio, reservou ao Brasil um espaço privilegiado no mercado internacional, como fornecedor de produtos agropecuários, energia e minérios.

Não cabe aqui fazer uma análise – embora cada vez mais necessária – sobre os efeitos da crescente concentração do poder econômico sob o domínio do capitalismo financeiro. O alerta contido no Manifesto Comunista (1848) e a crise mundial do capitalismo, explicitada a partir de 2008, por si só atestam a necessidade de aprofundados estudos e análises sobre o assunto e, sobretudo, de uma política econômica que, ao menos, iniba a voracidade do capitalismo financeiro.

Há outras, inúmeras análises que alertam sobre a fragilidade de um modelo de desenvolvimento econômico que tem sua ênfase na exportação de produtos primários. A tardia preocupação, manifestada pelo governo, com a desindustrialização do país torna-se incompreensível se não levar em conta o modelo agrícola do agronegócio e a *reprimarização* da economia brasileira.

Interessa-nos aqui, no entanto, ressaltar a crescente e aviltante concentração fundiária e da renda agrícola promovida por esse modelo agrícola, internacionalizado, hegemonizado pelo capitalismo financeiro.

O economista Antônio Delfim Netto – um expoente defensor deste modelo agrícola iniciado da década de 1960 com a malfadada *revolução verde* – ressalta que hoje não passam de quinze as *trades* que “financiam, compram, armazenam, transportam, vendem e especulam com o resultado do trabalho de bilhões de agricultores que não têm o menor controle sobre sua produção.”¹

¹ Cf. <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/marx-por-antonio-delfim-netto>

E ele diz mais: “... as commodities tornaram-se ativos financeiros de fundos de investimentos internacionais. Em 2000, estes não chegavam a US\$ 10 bilhões. Em 2012, passaram de US\$ 400 bilhões.”²

Esse modelo, na organização da produção agrícola brasileira, impôs a racionalidade do capital: produção em grandes escalas, numa mesma área contínua, exclusivas em monocultivos, com uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos para obter produtividade máxima do trabalho e maior rentabilidade econômica. A oferta de trabalho no meio rural foi reduzida drasticamente. E, pelo menos 30% dos alimentos consumidos pela população brasileira, de acordo com pesquisas recentes da Universidade de Brasília, são impróprios para o consumo humano, devido à contaminação dos agrotóxicos na sua produção.

Há um acelerado processo, e concomitante, de concentração fundiária e desnacionalização das terras agrícolas. As empresas estrangeiras buscaram investir em terras agrícolas, tanto atraídas pelos promissores lucros do mercado exportador de commodities, quanto em busca de um refúgio seguro para os efeitos da crise internacional do capitalismo. Estima-se que as empresas estrangeiras se adonaram de 30 milhões de hectares no Brasil.

O país tem um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo. Hoje, no Brasil, o índice de Gini – que mede a concentração fundiária – é de 0,854, superior ao de 1920. O próprio cadastro do Incra atesta que, entre 2003 e 2010, as grandes propriedades rurais passaram de 95 mil unidades para 127 mil. E a área controlada pelos grandes proprietários rurais passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões.

Além disso, estamos trocando nossas terras agrícolas destinadas à produção de alimentos pela ampliação da área de terras férteis destinadas a produção agroexportadora. O presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Gerson Teixeira, denuncia:

“De 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como o arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. As de produtos nobres do agronegócio exportador como a cana e soja

² Idem

aumentaram 122% e 107%. (...) Passamos a importar até feijão da China. No ano passado importamos US\$ 334 milhões em arroz, o equivalente a 50% do valor aplicado no custeio da lavoura em nível nacional. No caso do trigo, o valor das importações em 2012 (US\$ 1,7 bi) foi mais de duas vezes superior ao destinado para o custeio da lavoura (R\$ 1,1 bi). A produção de mandioca atualmente é a mesma de 1990.”³

E as políticas governamentais, nos últimos anos, têm ido em direção contrária ao do incentivo à produção de alimentos da dieta básica da população brasileira. O estudo apresentado por Teixeira mostra essa preocupante constatação:

Agravando o cenário de risco potencial para a segurança alimentar em nosso país, as políticas governamentais nos últimos anos disseminaram a lógica da agricultura do agronegócio entre grande parcela dos agricultores familiares. Resultado: quando comparamos 2003 com 2012, mesmo considerando o aumento exponencial no volume de recursos ofertados pelo Pronaf, no período, o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77,4%). No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo Pronaf reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%), e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%)³.

Em síntese, constatamos trajetória de progressiva redução do plantio de culturas alimentares básicas, o que tem ampliado a nossa dependência de importações num cenário internacional de grandes vulnerabilidades da oferta agrícola...”⁴

O modelo de agricultura do agronegócio é extremamente excludente. Ele não gera empregos e é economicamente viável a apenas 10% dos proprietários rurais. O pesquisador da Embrapa, Eliseu Alves, em estudo apresentado em 2010 – *Ganhar tempo é possível?* – mostrou que 67,3% do total dos estabelecimentos agrícolas se enquadram no “perfil de muito pobre”, com renda mensal de meio salário mínimo. Para estes, o próprio pesquisador vaticina:

³ TEIXEIRA, Gerson. O agronegócio é ‘negócio’ para o Brasil?. Fevereiro/2013.

⁴ Idem

“Há um grupo numeroso de agricultores que dificilmente resolverão seu problema de pobreza com a agricultura, tão somente. No momento, os agricultores deste grupo têm forte propensão para migrar para as cidades. No curto prazo, o caminho é atendê-los com políticas de transferência de renda para ganhar tempo.”⁵

Em outras palavras, para este contingente populacional, não há política agrícola para tirá-lo da condição de miséria. Resta-lhe ser beneficiário por políticas assistencialistas, do MDS, para ganhar tempo, permanecer no campo e no futuro disputar um espaço nas favelas urbanas.

No outro extremo, 51,3% do VTPD (Valor Total da Produção Declarada) é concentrado em mãos de 0,4% proprietários rurais. Ou seja, o modelo do agronegócio, centrado na agroexportação – soja, pasta de celulose e álcool – concentra a metade da riqueza produzida na agricultura em mãos de apenas de 22 mil proprietários rurais, de um universo de cinco milhões de estabelecimentos agrícolas⁶.

Para os que defendem esse modelo agrícola como um processo inexorável do desenvolvimento econômico, político, social e cultural do campo brasileiro, tendo como espelho o modelo de agricultura estadunidense e a lógica do desenvolvimento capitalista, basta lembrar que naquele país a população carcerária é maior do que a da agricultura.

Neste contexto, democratizar a terra, em um programa amplo e radical de Reforma Agrária, exige também mudar o modelo agrícola ditado pelo agronegócio. A Via Campesina há tempos defende o direito de soberania alimentar a todos os países. “Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transporte para longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional,

⁵ ALVES, Eliseu. Notas sobre ‘um só agro’ .Cf. : <http://www.redeagro.org.br/artigo-um-so-agro/323-um-so-agro>

⁶ ALVES, Eliseu. Ganhar Tempo é possível? <http://www.redeagro.org.br/images/stories/arquivos/alves-e-rocha-ipea-agricultura-brasileira-cap11.pdf>

nem de segurança alimentar.”⁷ O direito à terra, o direito à alimentação e o direito a produzir seu alimento compõem as atuais bandeiras de luta das organizações que fazem parte da Via Campesina, nos cinco continentes do planeta.

João Paulo Rodrigues integra a coordenação nacional do MST.

⁷ ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar”. p.319.

Crescimento econômico, investimento e inserção externa: as bases do novo modelo de desenvolvimento

Guilherme Santos Mello

A economia brasileira no primeiro trimestre de 2013 registrou crescimento de 0,6% em relação ao trimestre imediatamente anterior, frustrando as expectativas de diversos analistas de mercado e situando-se muito abaixo do indicador antecedente do PIB divulgado pelo Bacen (o IBC-Br), que indicava crescimento de 1,05%. Este resultado totaliza um crescimento de 1,9% no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2012 e o de 2013. Chama atenção a destacada expansão da agropecuária e dos investimentos, pelo lado positivo, e a redução no ritmo de crescimento do consumo das famílias e dos serviços, pelo negativo. A indústria também apresentou um desempenho negativo, puxada pela queda na indústria extrativa de petróleo¹.

Crescimento desagregado por setores e fatores de impulsão – 1º trimestre 2013

Período de comparação	Indicadores						
	PIB	AGROPEC	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Tri/ Tri anterior	0,6	9,7	-0,3	0,5	4,6	0,1	0,0
Tri ano corrente/ Tri ano anterior	1,9	17,0	-1,4	1,9	3,0	2,1	1,6
Acum. em 4 tri/ 4 tri imediatamente anteriores	1,2	3,9	-1,2	1,7	-2,8	3,0	2,8
Valores correntes no trimestre (R\$ bilhões)	1.110,4	59,7	230,2	650,5	204,9	722,9	212,9

TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB) † TRI 2013 (%) = 18,4%

TAXA DE POUPANÇA (POUR/PIB) † TRI 2013 (%) = 14,1%

Fonte e elaboração: IBGE

É de conhecimento público que o governo está buscando alterar a *qualidade* do crescimento econômico nos últimos anos, priorizando o avanço do investimento e da indústria e reduzindo o papel relativo do consumo e do setor de serviços na estratégia de desenvolvimento nacional. Tendo isto em vista, os resultados divulgados pelo IBGE evidenciam ao mesmo tempo o avanço e os desafios para implementação deste novo modelo.

¹ Este resultado não deve se repetir nos próximos trimestres, dado que a queda na produção de petróleo está ligada à paradas técnicas que pontualmente coincidiram para o primeiro trimestre de 2013. Este fato aumenta a possibilidade de uma recuperação mais acentuada da indústria nos dados dos trimestres subsequentes.

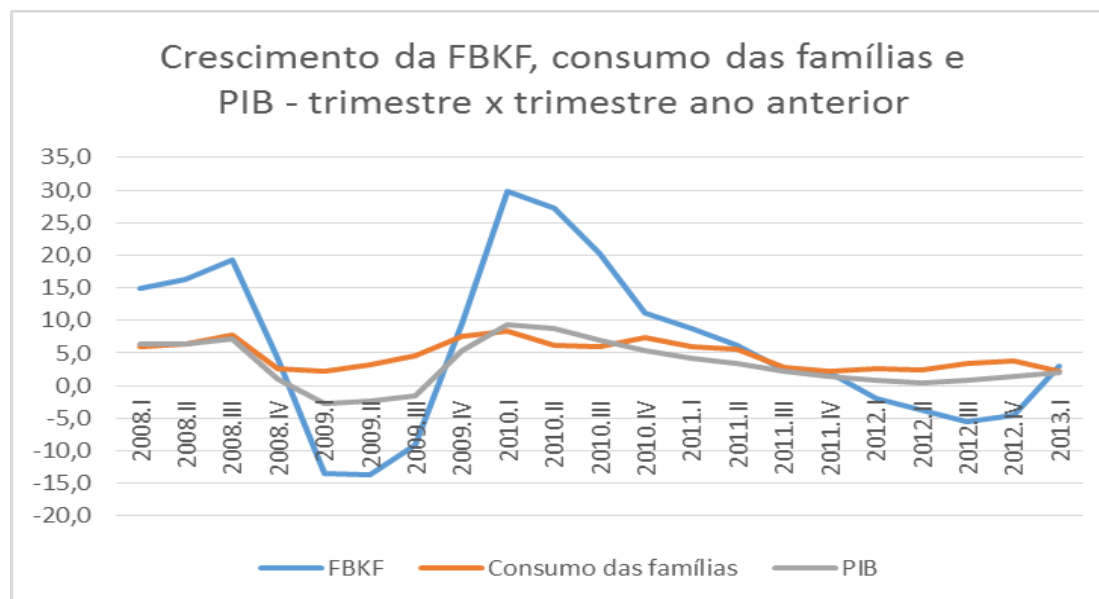
A redução no consumo das famílias (que caiu de uma média de expansão de 1% em 2012 para 0,1% no 1º trimestre de 2013) já era esperada e está diretamente relacionada com o crescimento menos acelerado do mercado de trabalho (decorrente, por sua vez, de taxas menores de crescimento do PIB), com o aumento da inflação e com a redução no ritmo de crescimento no endividamento das famílias, que alcançou 44% da renda média das famílias brasileiras em maio deste ano. Estes fatores conjugados causam uma desaceleração na demanda privada, que só deve se reverter com a retomada do crescimento mais acelerado do PIB, do emprego e da renda.

Por sua vez, a taxa de investimento pode compensar parcialmente a queda no consumo das famílias como fonte de alimentação da demanda interna e inaugurar uma nova etapa de crescimento econômico com bases ainda mais sólidas que a anterior. No período nacional-desenvolvimentista, que se inicia ainda com Vargas e se estende até a crise da dívida no final do anos 1970, o Estado assumia o papel de coordenação dos investimentos privados, respondendo sozinho por até 30% dos investimentos totais. Com a crise do desenvolvimentismo e a desconstrução gradual do papel do Estado, o investimento privado não encontrou mais um mecanismo de coordenação que organizasse e ordenasse seu crescimento. A reconstituição de mecanismos de coordenação e orientação do investimento privado, portanto, é fundamental para o sucesso desta nova etapa de crescimento econômico.

Considerando os dados das contas nacionais divulgados pelo IBGE, é possível se afirmar que um novo ciclo de ampliação do investimento pode ter tido início no primeiro trimestre deste ano, substituindo o consumo das famílias como elemento de propulsão do crescimento, conforme nota-se no gráfico abaixo. A decomposição do resultado do investimento, no entanto, ainda deixa alguma apreensão: parte deste resultado tem origem no crescimento da produção de caminhões e máquinas agrícolas, não apenas eventos pontuais², mas que reforçam as bases rodoviarista e primária-exportadora do nosso atual modelo de crescimento. Isto posto, deve-se admitir que o resultado foi positivo e razoavelmente disseminado, impulsionando o crescimento industrial de maio (1,8%) acima do esperado. A continuidade do processo de expansão do investimento total depende de diversos fatores,

² No caso dos caminhões, o crescimento na produção está diretamente relacionada à alterações nas exigências de emissão de carbono por parte destes veículos, o que praticamente paralisou a produção no último semestre de 2012, sendo retomada em novas bases no início deste ano. Outro fator que contribuiu para o crescimento da produção está relacionada a redução na jornada de trabalho máxima dos caminhoneiros, o que levou muitas transportadoras a comprarem mais veículos para atender a demanda. Já o crescimento na produção de máquinas agrícolas está relacionada com a ampliação das safras e a robusta expansão da agropecuária nos últimos anos.

notadamente da coordenação estatal nos investimentos de infraestrutura logística, que vem gerando fortes debates dentro e fora do governo.



Fonte: IBGE, elaboração própria

A política de concessões públicas no campo da infraestrutura logística é fruto de uma avaliação do governo de que não há condições financeiras e operacionais para o Estado protagonizar sozinho estes investimentos. As dificuldades são várias: falta de corpo técnico qualificado para elaboração e acompanhamento de projetos (dado o desmonte do aparelho de Estado ocorrido desde a crise da dívida, o período da hiperinflação até o período liberal); excesso de empecilhos burocráticos, presentes particularmente na lei de licitações e na legislação ambiental; a existência de um setor de fiscalização grande, bem remunerado, mas pouco articulado entre si e nada comprometido com a execução dos projetos; a lentidão da Justiça no julgamento de processos que paralisam as obras e licitações, dentre outros. Com base neste diagnóstico, o governo elencou uma série de setores fundamentais para a melhoria da logística e a redução dos custos produtivos para conceder à iniciativa privada (particularmente portos, aeroportos, rodovia e ferrovias), priorizando aqueles investidores que oferecerem menores tarifas e maior volume de investimentos. O eventual sucesso no modelo de concessões (não apenas na infraestrutura logística, mas também os leilões de petróleo e gás) pode representar um importante impulso para o investimento total, assim como gerar efeitos à jusante e a montante em diversas cadeias produtivas, especialmente aquelas ligadas à produção de máquinas e equipamentos.

Somado aos investimentos em infraestrutura, as oportunidades óbvias de expansão industrial necessitam de novos e volumosos investimentos e se encontram em setores onde o Brasil apresenta vantagem competitiva em relação à seus concorrentes: petróleo e gás (decorrente da descoberta da camada Pré-Sal), fármacos e biofármacos (dada nossa política de genéricos, a existência do SUS e nossa ampla biodiversidade), agroindústria e seus setores coligados (como por exemplo química fina para fertilizantes, máquinas e equipamentos para colheita, etc.), aviação comercial e militar (dada a existência da Embraer), setor naval e estaleiros (dada a demanda produzida pelas plataformas do Pré-Sal), além de setores novos como o de biocombustíveis e energias alternativas, dado nossos avanços e superioridade na produção de etanol de cana e de outros tipos de combustíveis renováveis. Os setores tradicionais da indústria (têxtil, moveleiro, calçadista, etc.) devem ser preservados pelo seu amplo potencial de geração de emprego, mas não serão capazes de impulsionar uma nova rodada de investimentos.

As maiores dificuldades para o avanço deste modelo, no entanto, se encontram no cenário internacional. Se ao longo dos anos 2000 os mercados internacionais estavam dinâmicos e contribuíram para nossa expansão (seja via ampliação das exportações de *commodities*, seja pelo fornecimento de bens de consumo e capital baratos, o que ajudava a manter nossa inflação sob controle), os próximos anos devem ser marcados pelo baixo dinamismo da demanda dos principais países capitalistas, assim como pelo acirramento da concorrência pelos poucos países que ainda possuem este raro ativo chamado “demanda interna”³. A piora dos termos de troca, com queda no preço de algumas *commodities* derivada da redução no ritmo de crescimento chinês, já se reflete nos resultados de nossas exportações, que apresentaram queda de 6,5% no 1º trimestre do ano⁴.

³ Apesar da redução no ritmo de crescimento no consumo das famílias, a demanda interna brasileira (que inclui os investimentos aqui realizados) ainda cresce a taxas muito superiores ao crescimento do PIB, indicando um “vazamento” do crescimento local para fora, atendido pelo aumento nas importações, que cresceram 6,4% neste trimestre em relação ao imediatamente anterior. A absorção doméstica neste 1º trimestre cresceu 1%, enquanto o PIB avançou 0,6%.

⁴ A queda nas exportações está tanto ligada à queda no preço do minério de ferro, quanto à queda na produção de petróleo no período, decorrente de paradas técnicas em plataformas da Petrobras. Além disso, o atraso no embarque de parte de nossa safra recorde de grãos (dado o gargalo logístico nos portos) também contribuiu para aumentar o resultado negativo do período. A contribuição negativa do setor externo ao crescimento do PIB foi de 1,6 p.p neste primeiro trimestre de 2013. As perspectivas, no entanto, são de crescimento das exportações nos próximos trimestres, fazendo com que o ano se finalize com um pequeno superávit comercial. De qualquer forma, a piora nos termos de troca já somam 4,5% em 12 meses, indicando o fim do ciclo de apreciação no preço das *commodities* observada na década passada.

O desafio, portanto, será viabilizar o crescimento dos investimentos em um cenário de demanda interna mais fraca, economia mundial altamente competitiva e em regime de baixo crescimento⁵. Para fazer frente à este difícil cenário, o governo vêm adotando o que se convencionou chamar de “agenda da competitividade”, que inclui uma série de medidas macro e microeconômicas. Esta agenda, conjugada à uma política ativa de atração de investimentos produtivos externos, de elevação do investimento público e de reinserção em alguns setores produtivos globais, deve criar as condições para deflagrarmos um novo ciclo de investimentos no Brasil.

Dentre as políticas atualmente adotadas, destacam-se as seguintes:

1. Desvalorização cambial controlada, visando garantir condições menos desiguais de concorrência;
2. Redução no patamar das taxas de juros, que diminuem os custos de captação e capital;
3. Redução de tarifas, como energia elétrica e transportes, através de uma política ativa de concessões menos onerosas e que ampliem os investimentos à baixo custo para o consumidor final.
4. Isenções tributárias visando ampliação da demanda, particularmente via redução do IPI;
5. Isenções fiscais visando a redução no custo do trabalho, com desoneração da folha de pagamentos de diversos setores;
6. Ampliação dos investimentos públicos, que cresceram 51% desde o lançamento do PAC;
7. Exigência de conteúdo nacional, tanto de empresas públicas quanto de empresas privadas de determinados setores;
8. Programas de apoio à pesquisa e desenvolvimento, como o InovAuto.

Este conjunto de políticas está sob forte ataque da ortodoxia econômica e de setores da mídia, que acusam o governo de excesso de intervencionismo e relacionam a lenta retomada do crescimento ao papel ativo do Estado. Na outra ponta, setores da esquerda criticam o governo pelo exato oposto, ou seja, por um

⁵ Há sinais de recuperação da economia americana, assim como se ventila a possibilidade da Europa abandonar seu regime de ajuste fiscal e adotar medidas anticíclicas em prol da geração de novos empregos. Caso estes sinais se tornem uma tendência, é plausível traçar um cenário de crescimento moderado da economia internacional, sem repetir entretanto o dinamismo pré-crise que transformaram os EUA e parte da Europa em um depositário de produtos exportados por nações industriais. Sendo assim, o problema da existência de novos mercados consumidores se mantém.

pretensão excessiva de concessões à iniciativa privada e pelo papel tímido do governo na coordenação dos investimentos. A resposta do governo às críticas de ambos os espectros deve advir do aprofundamento, e não do abandono, de sua atual agenda. As desvalorizações cambiais e a queda dos juros, momentaneamente paralisadas pela alta da inflação⁶, deverão ser retomadas o quanto antes, com o objetivo de garantir as condições macroeconômicas que sustentarão o novo ciclo de investimentos. A agenda de concessões deve avançar este ano e iniciar 2014 à pleno vapor, com uma série de investimentos sendo desencadeados nos setores de infraestrutura logística e no setor de petróleo e gás (decorrentes dos leilões do Pré-sal e de outros campos). A reforma do sistema tributário e federativo deve se consolidar, com a queda e reforma do ICMS e a revisão no custo de financiamento das dívidas estaduais, que possibilitarão aos diversos estados a ampliação dos investimentos públicos.

A redução dos custos de financiamento, do trabalho e dos custos logísticos, aliado à ampliação do investimento público e a uma nova estratégia de inserção nos mercados externos (particularmente através do fortalecimento do comércio Sul-Sul e da atração de investimentos externos em setores industriais) poderão ser capazes de recriar os mecanismos de coordenação do investimento privado que perdemos no período liberal, estabelecendo as bases para um novo modelo de desenvolvimento que está nascendo, mesmo que mais lentamente do que desejamos, no período atual. É necessário, entretanto, atentar-se para a crescente disputa que está se estabelecendo ao redor do governo e de sua política econômica, onde os setores empresariais, financeiros e parte da mídia tentam impor uma nova agenda de liberalização e conservadorismo econômico, buscando sepultar o nascente novo projeto social-desenvolvimentista.

Guilherme Santos Mello é doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura da Unicamp (Cecon/Unicamp)

⁶ A inflação já mostra sinais de arrefecimento, devendo fechar o ano abaixo do índice registrado em 2012, de 5,8%. Com o advento de uma safra agrícola recorde, a diminuição no ritmo de geração de empregos, a redução na expansão do crédito e os preços de diversas *commodities* em baixa, a tendência de queda da inflação deve se manter, mesmo que permeada de elevações pontuais quando considerado o agregado de 12 meses (em junho, este índice deve subir, caindo novamente ao longo do segundo semestre).

O drama mexicano: há vida depois do petróleo?

Giorgio Romano

Manchete de Jornal: Debate sobre a volta da inflação; o preço do tomate aumentou 47%; crescimento abaixo do esperado (pode ficar abaixo de 3%); aumento do déficit da conta corrente... Brasil?

Não, México, *La Jornada* de 25 de maio de 2013. Mas embora haja vários fatores externos que expliquem esta convergência, ficamos aqui na conjuntura específica pela qual passa o México.

Quadro político

Com Enrique Peña Nieto, que tomou posse em 1º de dezembro de 2012, o México virou a página de doze anos de governos do Partido Acción Nacional (PAN) (Vicente Fox, 2000-2006, e, Felipe Calderon, 2006-2012) para voltar às mãos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que tinha governado o país desde 1929. Não há unanimidade no campo da esquerda sobre o que essa mudança vai implicar, mas Peña Nieto aproveitou o esgotamento do modelo excessivamente liberal e pró-Estados Unidos e está flertando com uma reaproximação da América Latina e, no campo interno, se fala, depois de muitos anos, da necessidade de elaborar políticas industriais. Ao mesmo tempo há registro de um forte investimento da estrutura da OCDE, entidade da qual o México é membro pleno, para convencer e assistir o governo a realizar as reformas que se julgam necessárias.

A discussão da esquerda a respeito do posicionamento diante do novo governo foi provocada também de forma direta por Peña Nieto. Não detendo maioria simples e muito menos maioria qualificada para fazer mudanças constitucionais, o PRI ofereceu um *Pacto para o México* (<http://pactopormexico.org/>) para garantir governabilidade. O principal partido de esquerda, o Partido de la Revolución Democrática (PRD) aceitou e, até o momento, lavou a roupa suja em casa, enquanto no PAN a participação no Pacto já rachou o partido. No campo progressista, o *Partido do Trabalho* (PT), o *Movimiento Ciudadano* (MC) e Andrés Manuel Lopes Obrador se declararam contrários à participação no Pacto, alguns por motivos nobres, outros por oportunismo e, em alguns casos, por ambas as razões¹. Nessa visão, o PRD deixou de ser o grande irmão das forças progressistas para se

¹ Na Câmara dos Deputados o PRI tem hoje 213 deputados (42%), o PAN 114. São considerados agrupamentos de esquerda: o PRD com 100 deputados, o MC com 20 e o PT com 15. Lopes Obrador e seu

tornar o pequeno irmão da direita². O pacto é mais que um plano de governo em torno das reformas proposta por Peña Nieto por instaurar uma mesa permanente de articulação que torna o Congresso um cartório que carimba os acordos realizados no âmbito do Pacto.

Para 7 de julho próximo estão previstas eleições regionais e alguns acreditam que uma vitória do PRI pode tornar o Pacto menos importante para a sua governabilidade. Mas é muito mais provável que as eleições regionais sejam focadas nas questões locais, porque nenhuma das três forças tem nenhum motivo para polemizar em torno dos acordos que estão sendo preparados no âmbito do Pacto. O PT e MC não têm a menor condição de avançar em torno disso, inclusive porque as discussões no âmbito do Pacto ainda estão longe da população. Lembramos que o partido de Lopez Obrador (*Morena*) só deve organizar-se, consolidar-se e participar das eleições parlamentares em 2015.

Uma das grandes reformas que entrarão com força no debate logo depois das eleições regionais de julho é a energética.

Qual é o drama?

Acima da economia mexicana pende uma verdadeira espada de Dâmocles, ou, para ser mais mexicano: o país está vivendo abaixo do vulcão³.

A produção de petróleo caiu de 3,4 milhões de b/d em 2004 para 2,5 milhões de b/d em 2012. Com um esforço consistente e firme, espera-se voltar a 2,7 milhões de b/d em 2015⁴. A AIE projetou (em 2011) para 2015 uma produção mexicana de 1,9 milhões de b/d. Após anos de pressão para uma rápida produção sem a menor preocupação com a reposição, que exige investimentos, os poços existentes estão se esgotando e não há exploração suficiente para abrir novos horizontes. Uma quase unanimidade é que não há muito que encontrar em terra firme e em águas rasas (até 300 metros), porém haveria ainda perspectivas em alto mar e com gás de

² É curioso ver em várias realidades tão diferentes a cooperação em nome da governabilidade entre forças historicamente antagônicas e que, inclusive, se apresentaram nas eleições como tal: o caso do México, da Holanda, da Itália, e, em menor grau, da Grécia, e com grande probabilidade da Alemanha depois das eleições, por uma questão matemática (CDU/CSU sem chance de ganhar a maioria; os aliados liberais da FDP com risco grande de não atingir a barreira mínima de 5%; e a pouca probabilidade de um governo CDU/CSU-Verdes).

³ Quase simbolicamente, o vulcão em torno da Cidade do México começou a se mexer o mês passado, mas devido à altíssima poluição isso não era visível à população.

⁴ Pelo cenário moderado brasileiro, o país estaria produzindo em no mínimo 3 milhões de b/d em 2015. Ou seja, mesmo no cenário otimista mexicano o Brasil já passaria o México como produtor de petróleo logo depois da Copa. Algo difícil de imaginar dez anos atrás.

xisto.⁵ Mas alto mar e gás do xisto exigem altos investimentos e tecnologia dos quais a Pemex não dispõe. Pois bem, a Pemex, que está ainda com uma produção maior que a Petrobras, elaborou um Plano de Investimento considerado ousado para o período 2011-2015 de US\$ 125, 2 bilhões, contra o da Petrobras, para o mesmo período, de US\$ 224,7 bilhões.

Por que a Pemex deixou de investir? Há dois motivos que se misturam. De um lado as pesquisas de opinião mostram que 70% acreditam que a Pemex é corrupta, mas também 70% (não os mesmos, mas, pela matemática, em parte, sim) se opõem à sua privatização. (Talvez a lógica seja: já que seremos roubados, pelo menos que seja por mexicanos⁶.) Lembrando que a Pemex é 100% estatal, sem ações nas bolsas de valores e opera como um braço estatal e com monopólio na exploração, produção, refino e distribuição. Perdeu o monopólio somente na petroquímica e na construção de dutos⁷. Como Delfim já havia ensinado, no Brasil, com sua política de sucateamento das estatais a partir de 1980, não há forma melhor de preparar o terreno para a privatização do que deixar as estatais sem condições de investir. De outro lado, não se trata somente de uma estratégia política, a economia mexicana está altamente viciada: enquanto a Pemex responde por 11% do PIB, ela sozinha é responsável por 36% de toda a arrecadação do governo federal... 36%! (dados referentes a 2012).

Como disse o Cuauhtémoc Cárdenas, que se envolve ativamente nessa discussão, até pelo fato de a nacionalização do petróleo em 1938 estar vinculada ao seu pai, Lazaro Cárdenas: impossível falar em reforma do petróleo sem atacar o que ele chama de “*sequestro fiscal*” da Pemex. Outros falam na necessidade de “*despetrolarizar o orçamento*”. Para garantir essa transferência imensa da Pemex para o fisco, US\$ 68,8 dólares a cada barril são “sequestrados”. Considerando o total de gastos correntes e de manutenção em torno de US\$ 26,1 dólares, sobraram em 2012, em média, US\$ 7,2 dólares por barril para fazer investimentos⁸.

⁵ O gás de xisto, aliás, virou o novo Eldorado para um conjunto de países: África do Sul, passando pela Inglaterra até a Argentina e por aí vai, sem falar do próximo leilão da ANP aqui no Brasil. Sonhar com gás-de-xisto está na moda. Mas quem tem condições de explorar mesmo é os Estados Unidos.

⁶ Não há indícios de corrupção sistemática na Pemex. As práticas da poderosa estrutura sindical (com 5 dos 15 cadeiras no Conselho de Administração da empresa) sem dúvida tem práticas pouco democráticas, mas isso não explica os problemas estruturais da Pemex.

⁷ Interessante observar que também na petroquímica não há investimentos suficientes para acompanhar a demanda.

⁸ Dados fornecidos por um membro do Conselho de Administração referentes à média do preço da venda de petróleo no exterior em 2012 (US\$ 102,10 por barril). Imaginamos agora uma queda do preço para US\$ 90 ou US\$ 75, ainda valores relativamente altas.

O México chora por não ter aberto uma refinaria nos últimos 25 anos. O Brasil há 33 anos. Mas a diferença é brutal: enquanto o Brasil está em um mega esforço para quase duplicar sua capacidade de refino até o início da nova década, o México não está investindo nada, zero. Há um projeto em Tula (seria Tula II, ao lado da refinaria existente) em discussão desde 2008, mas não saiu do papel. De qualquer forma, falava-se em uma capacidade de 300 mil b/d. Resultado: o México importa 50% de seus derivados dos Estados Unidos. A Petrobras é chamada de incompetente por importar 12% devido à falta de visão dos governos anteriores ao de Lula e a “alguns” problemas operacionais posteriores. O México importa 50%, que representa um gasto superior àquele realizado com políticas sociais do governo federal. Pior, o preço da gasolina, embora não chegue ao absurdo da Venezuela (onde a gasolina é literalmente mais barata que água mineral), está em torno de US\$ 1 dólar por litro, o que é inferior ao custo da Pemex com a importação dos Estados Unidos.

E o preço do gás diminui. Sim, o México aparentemente aproveita o *boom* do gás de xisto nos Estados Unidos. O gás chega através dos gasodutos existentes e influi no preço do gás no mercado interno, o que é bom para alguns setores industriais. Aliás, o México, por enquanto, é um dos poucos países nos quais a brutal queda do preço do gás dos Estados Unidos repercute de forma direta. Mas isso está longe de ser positivo, sobretudo em médio-longo prazo. Não há mais nenhum incentivo para investir em exploração de gás. A política de gás agora é construir mais gasodutos com os Estados Unidos. Aliás, do outro lado do Rio El Paso, há grupos de capital mexicano envolvidos na exploração de gás de xisto, utilizando trabalhadores migrantes mexicanos.

Assim, podemos entender que a situação para o México é de difícil solução: sem investimentos o país não vai conseguir continuar compensando a importação de gasolina e gás com a exportação de petróleo cru. Mas se a Pemex montar um plano de investimento igual ao da Petrobras, o Estado mexicano quebra. Estados Unidos não devem estar muito preocupados: depois de ter aproveitado durante décadas da garantia de fornecimento do México, que nunca entrou na Opep, pressionando-o a manter seu ritmo de exploração elevado, estão agora prontos a exportar gasolina e gás para seu vizinho. Sem cair em teorias conspiratórias, podemos pelo menos afirmar que não existe pressão vinda do Norte para investir em exploração e muito menos em tecnologia. As notícias sobre um suposto *revival* das maquiladoras corresponde em parte a este quadro e está relacionado ao chamado processo *gás-de-xisto-induzido-reindustrialização* dos Estados Unidos. Fora disso, há quem se pergunte se há algum motivo de orgulho em estar novamente na mira dos

investimentos produtivos por ter um custo de mão de obra que, junto com a posição geográfica, tornaram o país atrativo diante do aumento de custo de produção na China.

Registramos ainda uma má vontade total da Pemex para iniciar produção de etanol, embora o país seja um grande produtor de açúcar. As duas licitações que a empresa abriu em 2008 e 2009 foram um fracasso porque estabeleceram de forma proposital preços e condições pouco realistas para tornar a produção viável. Aliás, fora a *Unión Nacional de Productores de Caña de Azúcar*, um dos poucos que fala consequentemente em etanol e defende a introdução de uma mistura obrigatória de 10 a 15% é o Cuauhtémoc Cárdenas. Enquanto isso, a matriz energética do México continua quase em torno de 90% fóssil, contra 53% no Brasil.

Enquanto no debate brasileiro, vez por outra, o México aparece como aquele que está fazendo a coisa certa, por lá a narrativa favorável à flexibilização da lei de petróleo aponta a Petrobras como o grande exemplo de empresa mista que atua conforme as regras do mercado. Fala-se muito sobre a reforma de 1997 e não se fala na alteração do marco regulatório de 2010. Mas o ponto principal é que é impossível imaginar uma solução sem um projeto novo para o país, que toma petróleo na veia para financiar seus gastos correntes. Por isso, o Ing. Manuel Silva Martinez foi muito feliz ao dar uma resposta às abobrinhas liberais que abusam das referências à Petrobras para sustentar seus planos privatizantes ao escrever recentemente um artigo: “*Un Pemex como Petrobras? Mejor un Presidente como Lula!*”.

Se o *Pacto para o México* já conseguiu dividir as forças que se autodenominam progressistas, a discussão que virá em torno da reforma do petróleo no segundo semestre deste ano será um desafio mais complicado ainda.

Voltando, por último, às atuais notícias negativas sobre a conjuntura econômica no México, estas refletem ainda somente em parte o problema relacionado à conta do petróleo. Acontece que as duas outras entradas de divisas andam mal das pernas por motivos conjunturais: houve uma queda das remessas por causa da queda da massa salarial dos mexicanos nos Estados Unidos; e a diminuição do turismo por causa da guerra demasiadamente militarizada com o narcotráfico, que embora longe de Cancún, assusta o turista norte-americano.

Giorgio Romano é professor da UFABC.

Tema agrário é o primeiro da pauta de negociações governo/Farc

Valter Pomar

No dia 26 de maio, as FARC e o governo colombiano anunciaram ter chegado a um acordo quanto ao tema agrário. Tal acordo, resultado de nove rodadas de negociação, foi anunciado da seguinte forma:

La Habana, mayo 26 de 2013

Los delegados del Gobierno y las FARC-EP, informan que:

Hemos llegado a un acuerdo sobre el primer punto de la Agenda contenida en el "Acuerdo General para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera".

Acordamos denominarlo "Hacia un nuevo campo colombiano: Reforma rural integral".

En el próximo ciclo de conversaciones, presentaremos el primer informe periódico de la Mesa.

Hemos construido acuerdos sobre los siguientes temas:

** Acceso y uso de la tierra. Tierras improductivas. Formalización de la propiedad. Frontera agrícola y protección de zonas de reserva.*

** Programas de desarrollo con enfoque territorial.*

** Infraestructura y adecuación de tierras.*

** Desarrollo social: salud, educación, vivienda, erradicación de la pobreza.*

** Estímulo a la producción agropecuaria y a la economía solidaria y cooperativa. Asistencia técnica. Subsidios. Créditos. Generación de ingresos. Mercadeo. Formalización laboral.*

** Políticas alimentarias y nutricionales.*

Lo que hemos convenido en este acuerdo será el inicio de transformaciones radicales de la realidad rural y agraria de Colombia con equidad y democracia. Está centrado en la gente, el pequeño productor, el acceso y distribución de tierras, la lucha contra la pobreza, el estímulo a la producción agropecuaria y la reactivación de la economía del campo.

Busca que el mayor número de habitantes del campo sin tierra o con tierra insuficiente, puedan acceder a ella, mediante la creación de un Fondo de Tierras para la Paz.

El Gobierno Nacional formalizará progresivamente, con sujeción al ordenamiento constitucional y legal, todos los predios que ocupan o poseen los campesinos en Colombia.

Se crean mecanismos para solucionar conflictos de uso y una jurisdicción agraria para la protección de los derechos de propiedad con prevalencia del bien común.

Está acompañado de planes en vivienda, agua potable, asistencia técnica, capacitación, educación, adecuación de tierras, infraestructura y recuperación de suelos.

Nos endereços abaixo, pode-se assistir ao que foi dito durante o anúncio:

<https://www.youtube.com/watch?v=XMSz7FmNbmo>

<https://www.youtube.com/watch?v=KKvS65i0BFY>

<https://www.youtube.com/watch?v=hQscsrwyiZY>

O tema agrário é o primeiro da pauta de negociações governo/guerrilha.

O próximo ponto, que será tratado oficialmente a partir do dia 11 de junho, diz respeito à participação política das forças guerrilheiras.

Os demais pontos abordarão o tema das drogas, das vítimas e reparação, o fim do conflito e a verificação do processo.

As negociações transcorrem sob o princípio de que nada está acordado, enquanto tudo não estiver acordado.

O anúncio do acordo sobre a questão agrária foi recebido muito positivamente, exceto pela extrema-direita, como Uribe.

A esquerda tem motivos estratégicos para comemorar cada passo dado no sentido da paz.

Mas do ponto de vista tático, o principal beneficiário tende a ser o presidente colombiano Juan Manuel Santos, candidato à reeleição.

Um exemplo disto é a maneira ambígua como as FARC e outros setores da esquerda colombiana tratam Santos. A este respeito, um dos negociadores das FARC declarou o seguinte: “Alguns meios de comunicação, não de má-fé, talvez por má interpretação ou falta de comunicação, disseram que apoiaríamos a candidatura presidencial de Juan Manuel Santos. Mas não, o que temos dito é que o presidente está no direito de se candidatar”.

Enquanto setores da esquerda são neutralizados, a direita uribista amplia seus ataques contra Santos. O que está na origem de dois movimentos feitos pelo presidente colombiano, após o anúncio do acordo com as FARC em relação ao tema agrário, ambos com o objetivo de neutralizar a ofensiva de Uribe sobre o eleitorado de direita disputado por ambos.

O primeiro movimento foi receber Capriles, no dia 29 de maio. Ainda que sua atitude tenha motivado uma dura e compreensível reação por parte do governo da Venezuela, a Santos não parece interessar a instabilidade política no país vizinho.

O segundo movimento foram as declarações acerca da Otan. Ainda que exista mais fumaça que fogo neste episódio, não se deve minimizar nem um pouco sua gravidade.

Os dois movimentos (Capriles e Otan) devem ser vistos em conjunto com a “Aliança do Pacífico”. Acerca deste tema, recomendamos (sem compartilhar o conjunto da interpretação) a leitura de <http://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-e-dr-rosinha-alianca-do-pacifico-ou-do-factoide.html> .

Para a esquerda, o problema central da Aliança do Pacífico não está nas suas chances maiores ou menores de êxito no médio-longo prazo. O problema principal está nos seus dois objetivos centrais: impedir a expansão do Mercosul e dar suporte institucional para uma fração de direita nos marcos da Unasul.

Embora haja conflitos reais entre Santos e Uribe, na prática trata-se de um movimento de pinça contra a esquerda colombiana e regional.

Observando de conjunto a situação na América Latina e Caribe, está em curso uma contraofensiva de direita. Que é facilitada pelas dificuldades políticas e econômicas da Venezuela, Brasil e Argentina.

A respeito da Venezuela: na melhor das hipóteses, a situação continuará delicada por muitos meses. O mesmo vale para a Argentina, a respeito da qual recomendamos ler o seguinte:

<http://www.presidencia.gov.ar/informacion/actividad-oficial/26499-esta-es-una-decada-ganada-por-el-pueblo-afirmo-la-presidenta-en-los-festejos-por-el-dia-de-la-patria>

<http://www.telam.com.ar/notas/201305/19539-de-gennaro-y-lozano-encabezan-un-congreso-nacional-de-unidad-popular.html>

Para reagir à contraofensiva da direita, faz-se necessário um movimento de forte impacto em favor da política de integração defendida pela esquerda. Ajudaria nisto um gesto político como Lula assumir a secretaria-geral da Unasul, proposta já feita por vários e, recentemente, por Rafael Correa.

Valter Pomar é membro do Diretório Nacional do PT e secretário executivo do Foro de São Paulo



F U N D A Ç ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

<http://www.fpabramo.org.br>